

CPI do Judiciário é protocolada

Deputado estadual Carlos Giannazi, do PSOL, formalizou o pedido para investigar gestão dos recursos do Judiciário paulista

ERALDO JOSÉ DOS SANTOS

DA REDAÇÃO

O deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL) disse que com a formalização do pedido de instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) vai ser possível fazer uma devassa no Tribunal de Justiça de São Paulo. “Vamos poder investigar uma série de denúncias sobre a aplicação dos recursos como auxílio-livro e auxílio-laptop para os juízes em detrimento da falta de reajuste para os servidores”.

O pedido foi protocolado na quarta-feira, depois que Giannazi conseguiu reunir 32 assinaturas de parlamentares, número mínimo exigido.

O TJ, segundo a assessoria de imprensa, por enquanto não irá se pronunciar sobre o pedido da CPI.

O parlamentar já vinha fazendo pronunciamentos na Assembleia Legislativa sobre a importância de investigar a execução orçamentária do TJ, citando a falta de equidade entre os



Deputado Giannazi quer que os trabalhos de investigação sejam iniciados ainda nesta legislatura

salários da magistratura e dos servidores, denúncias de assédio moral, abuso de poder, falta de respeito à data-base e do direito de greve dos servidores.

Giannazi disse que a conquista das assinaturas é uma vitória importante. O próximo passo é tentar instalar a CPI ainda nesta legislatura. Para isso, explicou que vai fazer um trabalho de convencimento junto aos seus colegas, que também tenham pedidos de CPIs para que dêem prioridade à investigação sobre o Judiciário.

O deputado acredita que conseguirá até fevereiro, pois as sessões deste ano estarão voltadas à aprovação do Orçamento. Caso não consiga, todo o trabalho terá que ser feito para a próxima legislatura, a ser iniciada em março de 2011, já com os deputados eleitos no pleito deste ano. Nesta hipótese, a renovação do trabalho inclui nova coleta de assinaturas.

Além da CPI, Giannazi já havia solicitado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) uma

inspetoria para que o Judiciário paulista atue com mais transparência. E pediu ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) que fiscalize a execução do orçamento do TJ.

ASSINATURAS

Do PSOL, além de Giannazi, subscreveu também o pedido o deputado Raul Marcelo; do PT, Adriano Diogo, Ana do Carmo. Ana Perugini, Beth Sahão, Carlinhos Almeida, Fausto Figueira, Hamilton Pereira, José Cândido, José Zico Prado, Maria Lúcia Prandi, Roberto Felício, Simão Pedro, Vanderlei Siraque, Marcos Martins, Carlos Neder e Vicente Cândido; do PDT, Olímpio Gomes e José Bittencourt; do PR, Patrícia Lima; do PRB, Otoniel Lima; do PSDB, Pedro Tobias, Mauro Bragato, Analice Fernandes, Roberto Massafra, Geraldo Vinholi, Roberto Engler; do PP, Mozart Russomano e Antonio Salim Curiati; do PV, Afonso Lobato; e do PSB, Ed Thomas.